

# Diário Eletrônico do Ministério Público RS

## **Procuradoria-Geral de Justiça**

End.: Av. Aureliano de Figueiredo Pinto, 80.

Porto Alegre / RS - 90050-190

Fone: (51) 3295 -1100

Porto Alegre, 26 de janeiro de 2011.

Edição nº 613

### **Nesta edição:**

#### **PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA**

Atos Normativos .....	2
Editais.....	2

#### **SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS**

Boletins de Pessoal .....	2
Súmulas de contrato e convênios.....	2

#### **SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS**

Boletins.....	3
---------------	---



Diário eletrônico

# Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 26 de janeiro de 2011.

[www.mp.rs.gov.br](http://www.mp.rs.gov.br)

Edição nº 613

## PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA

### BOLETIM Nº 047/2011

**A SENHORA PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE:**

#### DESIGNAR

- o Dr. WILSON LUÍS GREZZANA, Promotor de Justiça, para oferecer proposta de suspensão condicional do processo e acompanhar o feito contra Cristiano Sales Nunes, com base no Inquérito Policial nº 155/2.09.0001217-8, oriundo da Vara Judicial de Portão, e, em eventual impedimento, o Promotor de Justiça Substituto de escala, que não esteja impedido (Port. 0080/2011).

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, em Porto Alegre, 26 de janeiro de 2011.

**BENHUR BIANCON JUNIOR**,

Chefe de Gabinete.

### BOLETIM Nº 048/2011

**A SENHORA PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE:**

**DESIGNAR**, nos termos do Provimento nº 61/2005 e de acordo com as Leis Estaduais nº 11.732/02 e 12.279/05:

- pelo período de 24 meses, a contar do dia 10/01/2011, MARCELO ALVES HAAS, para desempenhar as atividades do serviço voluntário, conforme Termo de Adesão nº 370, na modalidade "serviço voluntário" (Port. 0085/2011).

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, em Porto Alegre, 26 de janeiro de 2011.

**BENHUR BIANCON JUNIOR**,

Chefe de Gabinete.

### BOLETIM Nº 049/2011

**A SENHORA PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE:**

#### DECLARAR

- conforme decisão proferida pelo Conselho Superior do Ministério Público, a Perda de Classificação do Promotor de Justiça, Dr. VICTOR HUGO PALMEIRO DE AZEVEDO NETO, ID nº 3425509, do cargo de 8º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Criminal de Porto Alegre, a contar de 05 de janeiro de 2011, em virtude de licença da atividade funcional para exercício da função de Vice-Presidente Administrativo e Financeiro da Diretoria da Associação do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul (PR.00001.03191/2008-4 - Port. 0162/2011).

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, em Porto Alegre, 26 de janeiro de 2011.

**SÔNIA ELIANA RADIN**,

Promotora-Assessora.

## EDITAL Nº 024/2011 – PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados, na forma do § 2º do art. 16 do Provimento nº 26/2008, que a Promotoria de Justiça Cível de Santo Ângelo promoveu o arquivamento da Peça de Informação nº 00873.00059/2004, em que interessa o Pedro Armindo Nonenmacher.

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, em Porto Alegre, 25 de janeiro de 2011.

**BENHUR BIANCON JUNIOR**,

Chefe de Gabinete.

## SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

### BOLETIM Nº 050/2011

**O SENHOR SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE:**

#### DESIGNAR

- os servidores LUCIANO FIN BARTH, Auxiliar Administrativo, ID nº 3428702 e MARLI AVILA DE OLIVEIRA, Agente Administrativo, ID nº 3427552, para comporem a Comissão para Inventário de Valores da Pagadoria desta Procuradoria-Geral de Justiça (Port. 0163/2011).

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, em Porto Alegre, 26 de janeiro de 2011.

**LÚCIO BAUMGARTEN CÁCERES**,

Diretor-Geral Substituto.

### Súmula do Termo de Convênio

**Processo PR.01075.00344/2011-5**

**PARTES:** O Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, CNPJ nº 93.802.833/0001-57 e a Unidade de Ensino Ulbra Cristo Redentor, CNPJ nº 88.332.580/0005-99; **OBJETO:** Termo de Convênio celebrado entre as partes objetivando regulamentar o desenvolvimento de programa de estágio mediante parceria, fins de propiciar treinamento prático, aperfeiçoamento técnico-cultural, científico e de relacionamento humano; **PRAZO:** 5 (cinco) anos; **DATA DA ASSINATURA:** 17/01/2011; Afonso Armando Konzen, Procurador-Geral de Justiça, em exercício, Carin Cristina Borkert Kuchenbecker, Diretora da Escola.

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, Porto Alegre, 24 de janeiro de 2011.

**SÚMULA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS  
PROCESSO Nº 4547-09.00/10-5  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 61/10**

No dia 07 de dezembro de 2010, compareceu à Procuradoria-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, para registrar o preço e a respectiva quantidade, a empresa CERTISIGN CERTIFICADORA DIGITAL S/A., vencedora do item abaixo:

Item	Descrição	Marca/Modelo	Qtd. (Un.)	Valor Unitário
1.1	Certificados digitais ICP-Brasil tipo A3, pessoa física, emitido sobre raiz da ICP-Brasil	Certisign	1.000	R\$9,97
1.2	Cartões Inteligentes (smartcards) ICP-Brasil	GD Burti	1.000	R\$29,03

**VALIDADE:** 01 (um) ano; **FUNDAMENTO LEGAL:** Provimentos PGJ/RS nº 40/04, 47/05, 54/02 e 33/08; Leis Federais nº 8.666/93 e 10.520/02; e Lei Estadual nº 13.191/09.

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, em Porto Alegre, 25 de janeiro de 2011.

**LÚCIO BAUMGARTEN CÁCERES**,

Diretor-Geral Substituto.

**SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA  
PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS****BOLETIM Nº 005/2011**

**O COORDENADOR DO CENTRO OPERACIONAL CÍVEL E DO PATRIMÔNIO PÚBLICO** científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que no Ministério Público do Rio Grande do Sul, foram instaurados os seguintes Inquéritos Cíveis:

**1) Inquérito Civil, nº 00855.00068/2010**, instaurado pela Promotora de Justiça Christine Mendes Ribeiro Grehs, da Promotoria de Justiça de Rio Pardo, com a finalidade de apurar a cessação do transporte municipal utilizado para o traslado de menores para a realização de consultas médicas na capital, em município.

**2) Inquérito Civil, nº 00887.00033/2010**, instaurado pela Promotora de Justiça Karen de Vasconcellos Daubermann, da Promotoria de Justiça Especializada de São Jerônimo, com a finalidade de investigar possíveis concessões irregulares de diárias a servidores públicos no exercício de 2007 e 2008, em município.

**3) Inquérito Civil, nº 00887.00035/2010**, instaurado pela Promotora de Justiça Karen de Vasconcellos Daubermann, da Promotoria de Justiça Especializada de São Jerônimo, com a finalidade de investigar possíveis irregularidades na contratação de agentes comunitários para a implementação de programa da Secretaria da Saúde, em município.

**4) Inquérito Civil, nº 00887.00036/2010**, instaurado pela Promotora de Justiça Karen de Vasconcellos Daubermann, da Promotoria de Justiça Especializada de São Jerônimo, com a finalidade de investigar possível irregularidade na não-apuração de responsabilidade no pagamento de multas de trânsito recebidas por servidores na condução de veículos de municípios.

**5) Inquérito Civil, nº 199/2010**, instaurado pelo Promotor de Justiça João Marcos Adede y Castro, da Promotoria de Justiça Especializada de Santa Maria, com a finalidade de averiguar os motivos da não aprovação das contas da Saúde pelo Conselho Municipal de Saúde, em município.

**6) Inquérito Civil, nº 200/2010**, instaurado pelo Promotor de Justiça João Marcos Adede y Castro, da Promotoria de Justiça Especializada de Santa Maria, com a finalidade de apurar problemas na gestão de secretaria e controle por parte de Conselho Municipal, em município.

**7) Inquérito Civil, nº 130/2010**, instaurado pelo Promotor de Justiça Mauricio Sanchotene de Aguiar, da Promotoria de Justiça Especializada de Erechim, com a finalidade de apurar a possível irregularidade na exigência de amostras no edital do pregão, em município.

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, em Porto Alegre, 25 de janeiro de 2011.

**JOSÉ GUILHERME GIACOMUZZI**,

Coordenador do Centro Operacional Cível e de Defesa do Patrimônio Público.

De acordo.

**DELMAR PACHECO DA LUZ**,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais, em substituição.

**BOLETIM Nº 01/2011 - CAOIJ**

**A COORDENADORA DO CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE** científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul instaurou os seguintes Inquéritos Cíveis e Peças de Informação.

**1. Inquérito Civil instaurado através da Portaria 258/2010**, pela Promotora de Justiça Rosângela Corrêa da Rosa, da Promotoria de Justiça Especializada de Santo Ângelo, para averiguar condições de acessibilidade e atendimento educacional especializado aos alunos portadores de deficiência (art.



208, III, da CF) e implantação da sala de recursos adequada na Escola Municipal de Ensino Fundamental Zeferino Antunes de Oliveira, mantida pela Prefeitura de Entre-Ijuís.

**2. Inquérito Civil instaurado através da Portaria 262/2010**, pela Promotora de Justiça Rosângela Corrêa da Rosa, da Promotoria de Justiça Especializada de Santo Ângelo, tendo por objeto “atendimento educacional especializado aos alunos portadores de deficiência (art. 208, III, da CF) e contratação de profissionais para o atendimento educacional especializado (AEE) e critérios para implantação de salas de recursos nas Escolas Municipais de Educação Infantil e Ensino Fundamental de Santo Ângelo, com inexistência de sala de recursos para deficientes visuais e auditivos”.

**3. Peça de Informação instaurada através da Portaria 265/2010**, pela Promotora de Justiça Rosângela Corrêa da Rosa, da Promotoria de Justiça Especializada de Santo Ângelo, tendo por objeto “atendimento pré-escolar para crianças de 04 e 05 anos do Centro de Formação São José”.

**4. Inquérito Civil instaurado através da Portaria 265/2010**, pela Promotora de Justiça Rosângela Corrêa da Rosa, da Promotoria de Justiça Especializada de Santo Ângelo, tendo por objeto “verificação de omissão do serviço de saúde SAMU, para crianças, adolescentes e gestantes, usuários do IPE e convênios”.

**5. Peça de Informação instaurada através da Portaria 273/2010**, pela Promotora de Justiça Rosângela Corrêa da Rosa, da Promotoria de Justiça Especializada de Santo Ângelo para averiguar venda/fornecimento de bebida alcoólica a adolescentes.

**6. Inquérito Civil instaurado através da Portaria 259/2010**, pela Promotora de Justiça Rosângela Corrêa da Rosa, da Promotoria de Justiça Especializada de Santo Ângelo, para averiguar condições de acessibilidade e atendimento educacional especializado aos alunos portadores de deficiência e implantação de sala de recursos adequada, na Escola Municipal de Ensino Fundamental São Paulo.

**7. Inquéritos Cíveis instaurados através das Portarias 274/2010, 275/2010, 276/2010 e 277/2010**, pela Promotora de Justiça Rosângela Corrêa da Rosa, da Promotoria de Justiça Especializada de Santo Ângelo, tendo por objeto “controle do fornecimento de bebida alcoólica para crianças e adolescentes e do ingresso destes em estabelecimentos de diversão”.

**8. Inquérito Civil nº 00935.00016/2010**, instaurado pela Promotora de Justiça Rita Conte Soeiro de Souza, da Promotoria de Justiça de Alvorada, em substituição, para apurar eventual falta de vaga em creche e pré-escola no Município e, por consequência, inobservância a meta estabelecida no Plano Nacional de Educação.

**9. Inquérito Civil nº 00759.00029/2010**, instaurado pela Promotora de Justiça Janine Rosi Faleiro, da Promotoria de Justiça de Dom Pedrito, para apurar eventual prática de infração prevista no art. 243 do ECA.

**10. Inquérito Civil nº 00911.00119/2010**, instaurado pela

Promotora de Justiça Lisiane Messerschmidt Rubin, da Promotoria de Justiça de Taquara, para apurar comportamento inadequado para função de Conselheiro Tutelar.

**11. Inquérito Civil nº 00855.00081/2010**, instaurado pela Promotora de Justiça Christiane Mendes Ribeiro Grehs, da Promotoria de Justiça de Rio Pardo, para apurar ausência de transporte escolar a alunas residentes na Fazenda Pântano, localizada BR 290, Km 03, no Município de Rio Pardo.

**12. Inquérito Civil nº 00937.00020/2010**, instaurado pela Promotora de Justiça Tânia M. Schneider Cavalini, da Promotoria de Justiça de Augusto Pestana, para investigar disponibilidade de veículo para que o Conselho Tutelar possa desempenhar suas atividades.

**13. Inquérito Civil nº 00834.00057/2010**, instaurado pelo Promotor de Justiça Luciano Dipp Muratt, da 8ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude de Porto Alegre, para investigar as más condições de funcionamento do almoxarifado da Fundação de Proteção Especial (precárias condições de armazenamento da medicação e existência de medicação com prazo de validade vencido).

**14. Inquérito Civil nº 00834.00058/2010**, instaurado pelo Promotor de Justiça Luciano Dipp Muratt, da 8ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude de Porto Alegre, para apurar necessidade de prestação de atendimento médico para jovens inseridos no Programa de Acompanhamento de Egressos.

**15. Inquérito Civil instaurado através da portaria 351/2010**, pela Promotora de Justiça Denise Casanova Villela, da 10ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude de Porto Alegre, a fim de investigar e prevenir eventuais atos atentatórios à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência comunitária dos atletas crianças e adolescentes vinculados ao Sport Club Internacional.

**16. Inquérito Civil nº 00834.00060/2010**, instaurado pela Promotora de Justiça Noara Bernardy Lisboa, da 7ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude de Porto Alegre, para verificar a falta de recursos humanos no Ambulatório Pró-Jovem, visando assegurar a continuidade do atendimento aos jovens.

**17. Inquérito Civil nº 00834.00061/2010**, instaurado pelo Promotor de Justiça Luciano Dipp Muratt, da 8ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude de Porto Alegre, para apurar conduta de funcionário da FASE, em vista dos supostos fatos ocorridos que lhe são imputados na SPI nº 1605-21.58/10-08.

**18. Inquérito Civil nº 00834.00062/2010**, instaurado pelo Promotor de Justiça Luciano Dipp Muratt, da 8ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude de Porto Alegre, tendo por objeto “atendimento dos jovens que cumprem Medidas Socioeducativas de Meio Aberto junto aos CREAS”.

**19. Inquérito Civil nº 00834.00063/2010**, instaurado pela Promotora de Justiça Denise Casanova Villela, da 10ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude de Porto Alegre, para apurar eventual irregularidade na proteção dos interesses



individuais relativos a infância.

**20. Inquérito Civil nº 00834.00065/2010**, instaurado pela Promotora de Justiça Noara Bernardy Lisboa, da 7ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude de Porto Alegre, a fim de verificar a falta de atendimento de CAPS i e de CAPS ad junto à rede da região Lomba do Pinheiro de Porto Alegre.

**21. Inquérito Civil nº 00834.00066/2010**, instaurado pela Promotora de Justiça Noara Bernardy Lisboa, da 7ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude de Porto Alegre, a fim de esclarecer a forma de gerenciamento e o destino dos valores depositados no FUNCRIANÇA.

**22. Inquérito Civil nº 00834.00067/2010**, instaurado pelo Promotor de Justiça Luciano Dipp Muratt, da 8ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude de Porto Alegre, para averiguar cometimento, em tese, de delito contra o patrimônio por Conselheiro Tutelar e negligência, em tese, por parte de Corregedores dos Conselhos Tutelares na apuração dos fatos.

**23. Inquérito Civil nº 00834.00068/2010**, instaurado pela Promotora de Justiça Synara Jacques Buttelli, da 9ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude de Porto Alegre, para averiguar supostas irregularidades na administração e não adoção de providências para melhorar a estrutura física do prédio e dependências de escola estadual.

**24. Inquérito Civil nº 00834.00070/2010**, instaurado pela Promotora de Justiça Noara Bernardy Lisboa, da 7ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude de Porto Alegre, para verificação do financiamento do Projeto "Semeando Vida" do Lar Dom Bosco.

**25. Inquérito Civil nº 00834.00071/2010**, instaurado pela Promotora de Justiça Synara Jacques Buttelli, da 9ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude de Porto Alegre, para apurar irregularidades na administração e nas verbas públicas repassadas à Escola de Educação Infantil Tio Zé, bem como na fiscalização das atividades da instituição pelo órgão público.

**26. Inquérito Civil nº 00834.00072/2010**, instaurado pela Promotora de Justiça Synara Jacques Buttelli, da 9ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude de Porto Alegre, para implementação de melhorias para atendimento da SASE – Associação dos Moradores do Residencial Pampa – AMOR-PAM.

**27. Inquérito Civil nº 00834.00074/2010**, instaurado pela Promotora de Justiça Synara Jacques Buttelli, da 9ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude de Porto Alegre, para averiguar irregularidades na administração da Creche Nossa Senhora Aparecida.

**28. Inquérito Civil nº 00834.00077/2010**, instaurado pela Promotora de Justiça Synara Jacques Buttelli, da 9ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude de Porto Alegre, para acompanhar e fiscalizar a realização do pleito para a escolha de Conselheiros Tutelares de Porto Alegre, para a gestão 2011/2014.

**29. Inquérito Civil nº 00834.00078/2010**, instaurado pela Promotora de Justiça Synara Jacques Buttelli, da 9ª Promoto-

ria de Justiça da Infância e da Juventude de Porto Alegre, para averiguar o ingresso de adolescentes desacompanhados de pais/responsáveis em casa noturna, suas circunstâncias e irregularidades.

**30. Inquérito Civil nº 00834.00081/2010**, instaurado pela Promotora de Justiça Noara Bernardy Lisboa, da 9ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude de Porto Alegre, em substituição, para averiguar exploração do trabalho infantil nas vias públicas do Município.

**31. Inquérito Civil nº 00881.00040/2010**, instaurado pelo Promotor de Justiça Luiz Antônio Barbará Dias, da Promotoria de Justiça de São Francisco de Assis, para investigar irregularidades acerca da presença de menores de dezoito anos em estabelecimentos que explorem eventos noturnos e venda de bebidas alcoólicas.

**32. Inquérito Civil nº 00908.00006/2010**, instaurado pelo Promotor de Justiça Márcio Schenato, da Promotoria de Justiça de Tapejara, para investigar a regularidade e a segurança do transporte escolar no Município de Santa Cecília do Sul.

**33. Inquérito Civil nº 00908.00013/2010**, instaurado pelo Promotor de Justiça Márcio Schenato, da Promotoria de Justiça de Tapejara, para investigar a contratação irregular de empregado com idade inferior a 18 (dezoito) anos, prestando serviços em locais prejudiciais a sua formação, ao seu desenvolvimento físico, psíquico, moral ou social.

**34. Inquérito Civil nº 01223.00035/2010**, instaurado pelo Promotor de Justiça Daniel Cozza Bruno, da Promotoria de Justiça de Santiago, para apurar irregularidades no processo de escolha dos conselheiros tutelares de Itacurubí-RS, iniciado pelo Edital 01/2010, do COMDICA daquele Município.

**35. Inquérito Civil nº 00722.00107/2010**, instaurado pelo Promotor de Justiça Élcio Resmini Meneses, da Promotoria de Justiça Especializada de Bento Gonçalves, para avaliar a viabilidade, obrigatoriedade, conveniência e efetividade na inclusão de crianças portadoras de deficiências no ensino regular, bem como a capacitação dos educadores para o processo de aprendizagem, e a existência de efetiva socialização nas relações que se estabelecem na escola.

**36. Inquérito Civil nº 00861.00076/2010**, instaurado pela Promotora de Justiça Simone Spadari, da Promotoria de Justiça Especializada de Santa Cruz do Sul, para apurar as possíveis causas das mortes de bebês, ocorridas em 16 de outubro e 11 de março de 2010, em razão do atendimento prestado pelo Hospital Santa Cruz no momento dos partos.

**37. Inquérito Civil nº 00861.00079/2010**, instaurado pela Promotora de Justiça Simone Spadari, da Promotoria de Justiça Especializada de Santa Cruz do Sul, com o fim de aproximar instituições na elaboração de uma cartilha de prevenção ao bullying nas escolas da rede pública do Município, numa parceria inicial entre o Ministério Público, Projeto Escola Pela Paz, promovido pelo Unisc e Fundação Gazeta.

**38. Inquérito Civil nº 00861.00083/2010**, instaurado pela Promotora de Justiça Simone Spadari, da Promotoria de Justiça Especializada de Santa Cruz do Sul, para apurar a situação



de risco no atendimento às crianças matriculadas na Escola Municipal de Educação Infantil Bem-me-quer, assim como possível omissão ou retardamento pelo Poder Público Municipal na respectiva fiscalização.

**39. Inquérito Civil nº 00861.00084/2010**, instaurado pela Promotora de Justiça Simone Spadari, da Promotoria de Justiça Especializada de Santa Cruz do Sul, para acompanhar a execução, como política pública, de serviço de acolhimento de mães e filhos vítimas de violência doméstica, na condição de medida de proteção de atendimento sócio-familiar no Município.

**40. Inquérito Civil nº 00864.00196/2010 e 00864.00197/2010** instaurados pelo Promotor de Justiça Antônio Augusto Ramos de Moraes, da Promotoria de Justiça Especializada de Santa Maria, tendo por objeto investigação referente à estrutura dos CAPS AD II e CAPS AD II NOVO, respectivamente, no que tange à questão da falta de profissionais nestes serviços de saúde em Santa Maria.

**41. Peça de Informação nº 00864.00213/2010**, instaurado pelo Promotor de Justiça Antônio Augusto Ramos de Moraes, da Promotoria de Justiça Especializada de Santa Maria, com o fim de averiguar condições precárias da Escola Santa Maria.

**42. Inquérito Civil nº 00864.00214/2010**, instaurado pelo Promotor de Justiça Antônio Augusto Ramos de Moraes, da Promotoria de Justiça Especializada de Santa Maria, para averiguar a regularidade no atendimento prestado pelos conselheiros tutelares do Conselho Tutelar Leste.

**43. Inquérito Civil nº 00864.00215/2010**, instaurado pelo Promotor de Justiça Antônio Augusto Ramos de Moraes, da Promotoria de Justiça Especializada de Santa Maria, para averiguar a regularidade no atendimento prstado pelos conselheiros tutelares do Conselho Tutelar Oeste.

**44. Inquérito Civil nº 00748.00293/2010**, instaurado pela Promotora de Justiça Adriana Karina Diesel Chesani, da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul, para verificar a existência de irregularidades na prestação de serviços, pelo Município de Caxias do Sul, às crianças e adolescentes que ali residem, diante da existência de longa fila de espera para atendimento no APOIAR – Ambulatório Municipal de Atenção à Criança e ao Adolescente Vítima de Maus-tratos.

**45. Inquérito Civil nº 00748.00294/2010**, instaurado pela Promotora de Justiça Adriana Karina Diesel Chesani, da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul, para verificar a existência de irregularidades na prestação de serviços, pelo Município de Caxias do Sul, às crianças e adolescentes que ali residem, diante da existência de longa fila de espera para atendimento nos programas de atendimento sócio-familiar (PAIF e SEF).

**46. Inquérito Civil nº 00748.00295/2010**, instaurado pela Promotora de Justiça Adriana Karina Diesel Chesani, da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul, para verificar a existência de irregularidades na prestação de serviços, pelo Município de Caxias do Sul, às crianças e adolescentes que ali residem, diante da existência de longa fila de espera

para atendimento no Centro de Atendimento Integral à Saúde – CAIS Mental.

**47. Inquérito Civil nº 00748.00296/2010**, instaurado pela Promotora de Justiça Adriana Karina Diesel Chesani, da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul, para verificar a existência de irregularidades na prestação de serviços, pelo Município de Caxias do Sul, às crianças e adolescentes que ali residem, diante da existência de longa fila de espera para atendimento no Centro de Atenção Psicossocial Reviver – CAPS Reviver.

**48. Peça de Informação nº 00748.00003/2011**, instaurado pelo Promotor de Justiça Mauro Rocha de Porchetto, para verificar a necessidade de atuação do Ministério Público e a abrangência de eventual atuação.

**49. Peça de Informação nº 00748.00004/2011**, instaurado pelo Promotor de Justiça Mauro Rocha de Porchetto, para verificar a necessidade de atuação do Ministério Público e a abrangência de eventual atuação.

**50. Inquérito Civil nº 00762.00192/2010**, instaurado pelo Promotor de Justiça Maurício Sanchotene de Aguiar, da Promotoria de Justiça Especializada de Erechim, em substituição, para investigar eventual lesão aos direitos da Infância e da Juventude em razão da omissão do 15ª Coordenadoria Regional de Educação em adotar as medidas cabíveis quanto a um muro existente na sede da E. E .E. F. Sete de Setembro, que apresenta risco de desabamento.

**51. Inquérito Civil nº 00727.00001/2011**, instaurado pelo Promotor de Justiça Luiz Antônio Barbará Dias, da Promotoria de Justiça de Cacequi, para investigar situação remuneratória do Conselho Tutelar de Cacequi.

**52. Inquérito Civil nº 00718.00091/2010**, instaurado pela Promotora de Justiça Luciana Cano Casorotto, da Promotoria de Justiça Especializada de Bagé, a fim de que seja fomentada no município a criação de uma quarta casa de acolhimento para crianças e adolescentes em situação de risco, onde reste preservado o laço afetivo e biológico entre irmãos em caso de acolhimento, em observância às normativas do CONANDA.

**53. Inquérito Civil nº 00814.00148/2010**, instaurado pelo Promotor de Justiça Manoel Luiz Prates Guimarães, da Promotoria de Justiça Especializada de Novo Hamburgo, para apurar possível venda de bebida alcoólica para menores.

**54. Inquérito Civil nº 00949.00166/2010**, instaurado pelo Promotor de Justiça Marcelo de Araújo Simões, da Promotoria de Justiça de Capão da Canoa, para averiguar eventual ocorrência de desamparo por parte do Município de Xangri-Lá, no que tange à permanência de adolescente no programa social Brincando e Aprendendo.

**55. Inquérito Civil nº 01127.00052/2010**, instaurado pela Promotora de Justiça Caroline Vaz, da Promotoria de Justiça Especializada de Cachoeirinha, para apurar possível irregularidade no transporte de alunos na Escola Princesa Isabel.

**56. Inquérito Civil instaurado através da Portaria 103/2010**, pelo Promotor de Justiça Vinicius de Melo Lima, da Promotoria de Justiça de Torres, tendo em vista o precário estado de



Diário eletrônico

# Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 26 de janeiro de 2011.

[www.mp.rs.gov.br](http://www.mp.rs.gov.br)

Edição nº 613

conservação de estradas municipais, inviabilizando o transporte escolar.

**57. Inquéritos Cíveis instaurados através das Portarias 01/2011 e 02/2011**, pela Promotora de Justiça Cláudia M. Cezar Massing, da Promotoria de Justiça de Constantina, em substituição, tendo por objeto "utilização irregular de adolescentes em trabalho insalubre".

**58. Inquérito Civil nº 00898.00022/2010**, instaurado pelo Promotor de Justiça Charles Emil Machado Martins, da Promotoria de Justiça de São Sebastião do Caí, para averiguar a regularidade de creche situada no Município de São José do Hortêncio.

**59. Inquérito Civil nº 01223.00042/2010**, instaurado pelo Promotor de Justiça Daniel Cozza Bruno, da Promotoria de Justiça de Santiago, para apurar o não encaminhamento e atendimento pela rede de saúde pública dos alunos das escolas estaduais do Município de Capão do Cipó, especialmente no tocante à obtenção de consultas, exames e diagnósticos especializados, bem como a ausência de educadores especiais, sala de recursos e atendimento educacional especializado aos alunos com deficiência na rede estadual de ensino.

**60. Inquérito Civil nº 00773.00060/2010**, instaurado pelo Promotor de Justiça Rafael Russomano Gonçalves, da Promotoria de Justiça de Feliz, para apurar existência de instituição de acolhimento, ou casa de passagem, mantida pelo Poder Público Municipal, ou a ele conveniada, para acolher menores em situação de risco, nos Municípios de Feliz, Alto Feliz, Vale Real, São Vendelino e Linha Nova.

**61. Inquérito Civil instaurado através da Portaria 01/2011**, pela Promotora de Fabiane Rios Lizardo, da Promotoria de Justiça de Torres, para averiguar possível utilização de empreendimento (bar) para fins de exploração sexual.

**62. Inquérito Civil nº 00943.00004/2011**, instaurado pelo Promotor de Justiça Marcelo Tubino Vieira, da Promotoria de Justiça de Portão, para apurar inaptidão para o cargo de Conselheiro Tutelar de Capela Santana, em razão de fatos ocorridos (transporte irregular de eleitores).

**63. Inquérito Civil nº 00876.00001/2011**, instaurado pela Promotora de Justiça Marlise Cordenonsi Bortoluzzi, da Promotoria de Justiça de Santo Augusto, para apurar as condições de funcionamento do Centro Municipal Vovó Maria e eventual deficiência de prestação de educação infantil.

**64. Inquérito Civil instaurado através da Portaria nº 002/2011**, pela Promotora de Justiça Rosângela Corrêa da Rosa, da Promotoria de Justiça Especializada de Santo Ângelo, tendo por objeto "inclusão escolar das crianças e adolescentes portadores de deficiência beneficiários de BPC, no Município de Entre-Ijuís".

**65. Inquérito Civil nº 00722.00001/2011**, instaurado pelo Promotor de Justiça Élcio Resmini Meneses, da Promotoria de Justiça de Bento Gonçalves, para averiguar a regular oferta de vagas na educação infantil no Município, inclusive para acompanhar os critérios de contratação/convênio com as escolas infantis privadas e de distribuição das vagas geradas.

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, em Porto Alegre, 25 de janeiro de 2011.

**MARIA IGNEZ FRANCO SANTOS**,

Coordenadora do Centro de Apoio Operacional da Infância e da Juventude.

De acordo.

**DELMAR PACHECO DA LUZ**,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais, em substituição.